

NEG-

CPV

10 SET 1991

Sector de Documentação

MU JORNAL

JORNAL NACIONAL DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

Nº 19 - maio/junho/julho de 1991 - Cr\$ 200,00

A magia do
Reggae: da
Jamaica ao
Maranhão

Entrevistas
com Lélia
Gonzalez
e Bryan
Stevenson

Bob
Marley:
o mito como
metáfora

A cor da
Pena
de Morte



Reaja à violência racial:
**“beije sua preta
em praça pública”**

(ORI)

Cartas

Agradeço jornal e aproveito a oportunidade para retribuir com material transcrito na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul sobre os últimos episódios de flagrante discriminação racial.

Parabéns pelo periódico do Movimento Negro Unificado!

Flávio Koutzii — Dep. Estadual, líder do PT na Assembléia Legislativa do RS.



Zumvi

arquivo fotográfico

A Zumvi Arquivo Fotográfico gostaria de fazer contato com fotógrafos, grupos e entidades para explicarmos as nossas propostas.

A Zumvi Arquivo Fotográfico surgiu da necessidade e experiência de alguns anos de trabalho de três fotógrafos atuantes na área da cultura popular, que durante alguns anos vêm acumulando materiais para o desfecho desta idéia.

Em razão da não existência de um arquivo fotográfico, que sirva de consulta e pesquisa para grupos, entidades e pessoas interessadas. Surge a Zumvi com mais um instrumento de luta para contribuir no processo de uma linguagem fotográfica voltada para a realidade dos oprimidos.

Endereço: Pça. Francisco Dórea, 2 — Ribeira — 40000 — Salvador (Bahia) — Tel.: (071) 312-8801, das 8 às 14 horas. Contato: Lázaro Roberto.

Compreendendo que a essência da luta contra a exploração e a discriminação é antes de tudo política — pois é reflexo da ideologia forjada na estrutura econômica capitalista —, reiteramos nosso apoio ao MNU em sua luta contra todos os tipos de preconceito e discriminação.

Edvaldo Gomes de Souza — Diretor Presidente do Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco.

Estamos encaminhando as cópias dos ofícios e matérias de jornais que foram entregues às autoridades do município de Barra do Corda (MA), para tomar as devidas providências, e o relatório de viagem, feito por representantes de entidades de São Luís, que visitaram a área para constatar as denúncias de discriminação praticada no Sítio dos Arruda. Os cemitérios separados (de brancos e de negros) existem mesmo; mas são apenas o fio da meada de uma estrutura secular violentamente racista, onde estão presentes a exploração econômica e a violência física a que estão submetidos os moradores do "Sítio". Uma senhora do povoado afirmou que a discriminação não é só nos cemitérios, mas, principalmente, com os negros vivos, que não são tratados como gente.

Comissão de Visita à Área de Barra do Corda (MA).

Atomarmos conhecimento da matéria publicada no Jornal MNU, ed. nº 18, sob o título "O MOVIMENTO NEGRO E AS IDEOLOGIAS BRANCAS", de Josafá Mota, através de um dos nossos militantes, queremos expressar nosso interesse em aprofundar as questões levantadas no artigo, bem como nas demais. O PSB confessa a necessidade de apro-

Casa do Olodum

Projeto:

Arquiteto: Lina Bo Bardi
Colab. Arqts.
Marcelo Ferraz
Marcelo Suzuki

Execução:

Prefeitura Municipal do Salvador
Fundação Gregório de Mattos

A CASA DO OLODUM

CONVITE



Criação e Arte:
Fundação Casa de Jorge Amado
EXU Produções
Composição:
Studio Domingos
Fotolito e Impressão:
Gráfica Traço

O Grupo Cultural Olodum inaugurou no dia 25 de abril último sua nova sede. O projeto de reconstrução do prédio de 1798 é de autoria da arquiteta Lina Bo Bardi e foi executado pela Prefeitura Municipal de Salvador e a Fundação Gregório de Mattos. O endereço da Casa do Olodum é Rua Gregório de Mattos, nº 22, Maciel-Pelourinho, Salvador/BA. Tel.: (071) 321-5010.

fundar a discussão, de procurar melhor compreender a problemática dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais, dos movimentos negros, enfim, clarear uma série imensa de preconceitos existentes na nossa sociedade.

Há, sem dúvida, uma ignorância imensa a respeito dos assuntos acima citados, o que provoca, na esquerda, toda uma série de melindres e sectarismos, fruto de sentimentos de "auto-suficiência" ideológica, o que contribui para uma falta de visão a respeito das questões levantadas no artigo de Josafá.

Gostariamos, como proposta, devido às dificuldades financeiras por que passa o PSB, prin-

cipalmente no que tange à manutenção de nosso órgão de comunicação, o jornal "A LUTA", de fazer o intercâmbio de jornais: enviamos, mensalmente, um exemplar do "A LUTA", em contrapartida, recebemos um exemplar dessa entidade. Se possível, gostaríamos de receber a ed. nº 18, pois pretendemos estudá-la com maior profundidade.

Certos de que esse intercâmbio será de grande proveito para ambas entidades, enviamos nossas

SAUDAÇÕES SOCIALISTAS!

Luís Carlos de César — 1º Vice-Presidente do PSB/RS.

Editorial

A situação de calamidade que o país atravessa não pode ser vista apenas como resultado das políticas adotadas no governo Collor, pois também é fruto de séculos do desprezo com que as elites, brancas, sempre trataram a sociedade brasileira.

Ao eleger o combate à inflação como ponto básico de sua política econômica, o governo criou condições para que os problemas estruturais fossem secundarizados, abrindo brechas para a completa deterioração das condições de vida do povo brasileiro.

A escola pública faliu, os serviços de saúde estão em fase terminal, e não se tem notícias sobre investimentos significativos para o transporte coletivo, as habitações populares e o saneamento. Em emprego já não se fala, pois a inflação tem que baixar às custas da recessão. Somado ao desemprego crônico, que atinge especialmente os trabalhadores negros, está aquele produzido pelas crescentes demissões por parte das grandes e médias empresas.

No caso das grandes empresas, nacionais ou multinacionais, é preciso não perder de vista que a dispensa de trabalhadores não ocorre apenas por efeito da recessão, mas conjuga-se com a adoção de mudanças no processo de trabalho, via informatização, que torna dispensável a mão-de-obra menos especializada.

Não há lugar para o negro como produtor (o emprego não será recuperado aos níveis em que ocorria em 1980, antes da "crise"), tampouco haverá lugar para o negro numa economia onde as empresas tenderão a localizar seus investimentos onde haja um mercado consumidor para seus produtos, acossados pelo aumento da concorrência internacional.

O QUE ACONTECERÁ AO POVO NEGRO, NUMA SOCIEDADE ONDE A EXISTÊNCIA DE UM GRANDE NÚMERO DE TRABALHADORES, POBRES E SEM ESPECIALIZAÇÃO, TENDE A TORNAR-SE DESNECESSÁRIA?

A resposta a esta questão está estreitamente relacionada com a ampla difusão das práticas de VIOLENCIA RACIAL, que têm no Estado seu principal avalista. Se ainda há dúvidas quanto a esta afirmação, que se pense sobre a omissão do governo brasileiro na iminência de uma epidemia de cólera.

Uma epidemia capaz de eliminar, aos milhares, exatamente os setores da população que não mais interessam, que não têm e não terão espaço nas estruturas de poder e riqueza da sociedade. Que reclamam por políticas sociais das quais o governo quer se livrar.

Deixar entrar a cólera no país é a solução perfeita, dentro de uma es-

tratégia mais ampla de extermínio do povo negro. As mortes parecerão "naturais", ao contrário da esterilização maciça de mulheres negras, que já vem sendo alvo de protestos e ações políticas, dentro e fora do movimento negro. Decretada nos gabinetes dos órgãos públicos de "saúde", a cólera é pena de morte: mais eficiente do que a praticada pela polícia diariamente, menos polêmica do que a legalização do Estado assassino proposta por Amaral Netto.

Para enfrentar as graves questões postas pela conjuntura o MNU, obviamente, não poderá atuar de forma isolada. Por isto, através de sua militância, busca

sensibilizar os demais setores organizados para pelo menos dois aspectos.

1) qualquer projeto político, elaborado na perspectiva dos setores oprimidos, sem levar em conta o papel do racismo no projeto das elites, está fadado ao mais retumbante fracasso ou, no máximo, a ser cúmplice da violência racial;

2) não é possível manter uma ação política conseqüente apenas respondendo aos problemas tal como eles são postos pelas elites.

O MNU entende que o redirecionamento da luta política no Brasil é urgente. O movimento sindical não pode limitar sua atuação à luta antiinflacionária, traduzida por sucessivas campanhas de reposição salarial, cujos ganhos atingem categorias cada vez mais minoritárias, em relação ao conjunto da classe trabalhadora. Cabe aos sindicatos e às centrais sindicais associar-se às amplas camadas da população trabalhadora nas reivindicações por transportes coletivos, moradia, reforma agrária, acesso à saúde, à alimentação, à educação, pela adoção de políticas que possibilitem a desconcentração da renda.

As associações de moradores de bairros pobres e favelas não podem continuar desconhecendo sua importância no combate à violência racial, pelo direito à vida. Parte considerável destas associações limitam-se a repassar os tickets de leite fornecidos pelo governo, acomodadas numa parceria impossível com o poderoso inimigo.

O movimento ecológico precisa atentar para o fato de que o meio ambiente interessa, acima de tudo, às populações que nele vivem. Um meio ambiente saudável pressupõe o tratamento da água, dos esgotos, do destino final do lixo. Pressupõe terra para os trabalhadores rurais e oferta de alimentos.

Fora da ação política organizada, com base na compreensão esboçada anteriormente, não há saídas possíveis. É preciso vencer a inércia provocada pela perplexidade que marca esta fase de transição a nível mundial. A escolha do MNU permanece inabalável, e os fatos demonstram o seu acerto: o negro é o ponto de partida e o objetivo central do PROJETO POLÍTICO capaz de resgatar a verdadeira face da sociedade brasileira.

Foto Carlos Moura



JORNAL DO MNU

Nº 19, maio/junho/julho de 1991

O Jornal do MNU é uma publicação do Movimento Negro Unificado. Imprensa negra autônoma, livre e independente

COMISSÃO NACIONAL DE IMPRENSA: Edson Cardoso (DF), Jônatas Conceição (BA), Josafá Mota (PE), Geraldo Júnior (GO), Júlio C. Oliveira (MG), Míriam Caetano (SP) e Jurema Batista (RJ)

DIAGRAMAÇÃO — Haroldo Zager

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO — BsB Brasil (061) 225-0771

FOTOS: Carlos Moura, Bel Pedrosa (Agência Folhas), Jorrimar de Sousa

(CCN), ZUMVI Arquivo Fotográfico Tasso Marcelo/AJB

FOTO CAPA: Carlos Moura (Modelos: Nethio e Lúcia)

CARTUNS: Nethio Benguela

Correspondência para MNU/BA — Caixa Postal 6423, CEP 40000 — Salvador-Bahia

ASSINE JORNAL DO MNU

Uma assinatura anual do Jornal do MNU corresponde a quatro edições. Preço de assinatura: Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros). Envie um cheque nominal em favor do Movimento Negro Unificado, Caixa Postal 6423, Salvador — Bahia, CEP 40000.

NOME.....
ENDERECO.....
BAIRRO..... CIDADE..... ESTADO.....
CEP..... TEL.....

A magia do Reggae: da Jamaica ao Maranhão

Magno Cruz (*)



Foto Jorrimar de Souza

**“Que palavra mágica é essa
Que veio da Jamaica
Enfeitar o coração do Mará?”
(Binho)**

Dia 23 de novembro de 1990 foi uma data memorável para a comunidade negra de São Luís. A cidade literalmente parou para assistir o show ao ar livre de Jimmy Cliff. Centenas de milhares de pessoas — uma multidão jamais vista em tempo algum na capital maranhense — se comprimiram para participar das vibrações positivas do cantor jamaicano, que, dias antes, na sua chegada à Capital Brasileira do Reggae, driblando protocolos, seguranças e regueiros que se acotovelavam no aeroporto, pegou um táxi e foi para o Espaço Aberto (clube de reggae muito freqüentado). Lá, pediu uma rede para deitar, e, comendo mangas, ficou ouvindo discos de reggae que desconhecia na própria Jamaica. Por sinal, os Paralamas do Sucesso, em 1989, durante sua estada em São Luís, também fizeram comentários semelhantes.

**“Dos alagados guetos da realidade
Uma nova identidade
Fruto da mesma opressão”
(Carlão)**

Como o reggae chegou ao Maranhão e se tornou elemento indissociável da cultura do povo afro-maranhense? Muitas explicações, muitas pistas: facilidade de entrada de discos pelo corredor Caribe/Belém/São Luís; semelhança rítmica com o tambor-de-crioula e bumba-meu-boi; mesma ascendência étnica de negros maranhenses e jamaicanos, etc. Há, porém, pesquisas tentando desvendar com mais profundidade esse fenômeno que se iniciou na década de setenta, nos bailes periféricos da Ilha, onde se tocava merengues, lambadas caribenhas e canções bregas — som para curtir agarradinho, lenta ou aceleradamente, conforme o compasso da música. Tais clubes, freqüentados majoritariamente pela população negra, eram alvo cotidianamente das “blitz” policiais, com correrias, pancadarias e prisões arbitrárias. Nesse ambiente de festa e repressão começaram a rolar as primeiras “pedras” — “pedra”, “pedrada”, “tijolada”, são expressões que os regueiros usam para designar um reggae de boa qualidade.

**“Nos guetos de toda cidade
O brilho da raça presente se faz”
(Tadeu de Obatalá)**

No finais de semana, os regueiros e regueiras capricham na indumentária, ostentam gosto refinado, elegância, orgulho. São mecânicos, lavadores de carro, vigilantes, camelôs, empregados da construção civil; são empregadas domésticas, mães solteiras, estudantes, desempregados. Geralmente moram em palafitas ou favelas; são (ou de pais) originários da zona rural maranhense.

Os clubes de reggae proliferam pelos bairros periféricos e caracterizam-se pelas radiolas, — algumas delas chegam à sofisticação de terem circuito interno de televisão, — embora o que indique o menor ou maior

sucesso de uma radiola é basicamente a qualidade das “pedras” que a mesma possui. Essa prática coloca os donos de radiola em evidência e acaba por gerar um fato que alguns consideram negativo: o não surgimento das bandas de reggae (existem apenas duas em São Luís), e, conseqüentemente, os compositores maranhenses de reggae terminam não sendo referência para o público regueiro.

**“O reggae pra mim é tudo
Batendo bem lá no fundo
Como um tambor envolvente
Quem invade a vida da gente”
(Marinildes)**

As vibrações do reggae (tocado em quase todas emissoras de rádios AM e FM), que congrega, concentra e mobiliza a negrada maranhense, são, hoje, um forte instrumento de identificação racial. Os regueiros e as regueiras (essas na sua maioria não alisam mais os cabelos) começam a orgulha-se de sua negritude. Isso é muito bom. Mas não é tudo. Por esse motivo o Movimento Negro, só agora (tentando correr atrás do prejuízo), busca delinear estrategicamente uma política de atuação — menos teórica — junto à massa regueira para reforçar, acelerar sua tomada de consciência crítica que o faça entender e ver-se como parte de uma sociedade racista/exploradora e como agente de transformação dessa sociedade.

**“Desperta nação regueira
Iça a tua bandeira
Com tua sede de um dia mudar
Desperta nação regueira
Rei Bob Marley falou
SÓ NÓS PODEMOS NOS LIBERTAR”
(Tadeu de Obatalá)**

Mas o reggae não é apenas uma manifestação tipicamente urbana (da capital), ele se estende com a mesma intensidade pelo interior maranhense, principalmente nas comunidades negras rurais que — segundo pesquisas de SMDDH e CCN — são mais de quatrocentas. Lá as festas iniciam na sexta-feira com o tambor-de-crioula, e só no sábado, com a chegada da radiola e do motor a diesel (nos povoados sem eletrificação), é que acontecem os bailes de reggae, que invariavelmente se prolongam até o domingo.

Em 1988, visitando Cajueiro, — uma comunidade negra de Alcântara, — encontrei um pessoal (homens, mulheres, crianças) torrando farinha. No meio da casa-de-forno um grande gravador à pilha tocando um reggae de Bob Marley. Perguntei se ali todos gostavam de reggae; o rapaz que mexia a farinha no tacho, espantado reagiu: “O siô, qualé o preto que não gosta de reggae!?”

**“Reggae a tua magia
É que vai predominar”
(Paulo Henrique Akomabu)**

(*) Magno Cruz e todos compositores citados são militantes do CCN-MA (Centro de Cultura Negra) do Maranhão — Cx. Postal: 430 — S. Luís

BOB MARLEY

O mito como metáfora

O presente artigo tem como intenção mostrar que a pretexto de se “cultuar” determinados símbolos míticos, espetaculares, modernos e afirmadores de identidades, vêm se desenvolvendo, entre os jovens negros de Salvador, relações de sociabilidade ao tempo em que se pratica a “nova etnicidade baiana”.

Em nome desses mitos se expressam relações sociais, na forma de rituais, em dois espaços culturais comuns pelo entretenimento: os bares reggae e o carnaval dos blocos afro.

O mito é tratado aqui como algo “vivo”. Neste sentido ele “fornece os modelos para a conduta humana, conferindo, por isso mesmo, significação e valor à existência”.

Por sua vez o ritual “tem como traço distintivo a dramatização, isto é, a condensação de algum aspecto, elemento ou relação, colocando-o em foco, em destaque, tal como ocorre nos desfiles carnavalescos e nas procissões onde certas figuras são individualizadas e assim adquirem um novo significado, insuspeitado anteriormente, quando eram apenas partes de situações, relações e contextos do cotidiano”.

Embora a etnicidade — comportamento politizado de um grupo social — venha a compreender as relações sociais em discussão, é na “socialidade” que se revela toda a força da coletividade humana. Diferente do “social” — marcado pela pragmaticidade da política e da economia — a “socialidade” representa a gratuidade do coletivo; o simples prazer do encontro, sem fins utilitários, ou sem finalidades práticas ou ligadas à estruturação social.

O que caracteriza a freqüência a bares reggae e o carnaval dos blocos afro como ritual é, entre outros fatores, que estes acontecimentos constituem-se em relações sociais referentes ao próprio contexto social global, do qual procedem.

Portanto, o nosso objetivo é, embora de modo assistemático e fragmentário, apresentar algumas das múltiplas relações de sociabilidade praticadas no contexto dos bares reggae e nos blocos afro, sob a metáfora dos mitos espetaculares de Bob Marley e, por extensão, do reggae e da crença rastafari.

Para chegarmos às nossas apreciações colocamos no lugar de observador e participante no contexto sócio-cultural em questão; fundamentamos em algumas leituras de textos teóricos de antropologia, ensaios e matérias jornalísticas. As observações foram feitas no bar reggae “Cravo Rastafari”, localizado, desde 1988, à Rua Gregório de Matos, no Maciel, e no bloco afro Muzenza, sediado à Rua Alvarenga Peixoto no bairro da Liberdade.

Em fins dos anos 70, a imagem do artista afro-jamaicano Bob Marley e a sua música — o reggae — popularizaram-se em Salvador, estimulando um comportamento redefinidor da cultura popular dos jovens negros da capital. Associados aos mitos recém-forjados — Marley e reggae — aqui chegaram os princípios gerais da doutrina redencionista rastafari. O sistema doutrinário e ritualístico rastafari crê na existência de um deus supremo (JAH); num messias (RASTAFARI) que conduzirá o “povo negro” à “terra prometida” (África = Etiópia); faz restrições a alimentos animais e ao corte dos cabelos; e a maconha



O Cravo Rastafari,
no Pelourinho
em Salvador

Interior do Cravo Rastafari em noite de reggae

(kaia, ganja, etc.) funciona como um elemento de comunicação entre o crente (rastaman) e o seu mundo místico. O Rastafarianismo foi teorizado pelo pan-africanista jamaicano Marcus Garvey que, nos anos 20, pensava num retorno de todos os negros ao seu lugar de origem (genericamente a África).

O reggae surgiu nos anos 60 e evoluiu de outros ritmos afro-jamaicanos; do ponto de vista técnico, o reggae se caracteriza pela forte acentuação da segunda e da quarta batida em cada compasso 4/4. Os temas das canções reggae refletem as aspirações culturais do seu jovem público negro da classe trabalhadora.

Em Bob Marley o conteúdo temático é, predominantemente, a justiça e as aspirações dos negros descendentes de escravos; lembranças da escravidão, a rebeldia da juventude negra e as críticas contra o colonialismo e o sistema ocidental (a Babilônia), etc.

Ao cantar esta temática Marley define, a si e aos demais negros, como pessoas singulares em busca de um tratamento singular, mas, não por isso, diferentes de qualquer ser humano.

Na Bahia, Marley, reggae e rastafari foram absorvidos no contexto cultural moderno, numa das formas mais expressivas da comunicação negra: o entretenimento (o lazer, a diversão, etc.). Assim, o carnaval dos blocos afro e a frequência a bares reggae se constituem em momentos rituais onde estes símbolos míticos são renovados e as suas "propostas" são comparativamente atualizadas.

"Cravo Rastafari"

Muito embora Salvador — nos dias de hoje — comporte alguns bares especializados em reggae e sob o aparato espetacular que o ritmo congrega, o bar reggae "Cravo Rastafari" se destaca, entre outras coisas, pela notória "homogeneidade" social (trabalhadores negros) e pelo acentuado caráter de espetáculo que marca o seu ambiente.

O "Cravo" tem a sua organização administrativa no molde familiar. A frente está Wilson, 29 anos e sete filhos; embora até use alguns anéis nos dedos (os rastas jamaicanos usam em profusão), seus trajes e atitudes distanciam-se dos estereótipos rasta local (gírias, roupas coloridas, cabelos longos, etc.).

O bar teve o seu início na rua João de Deus, também localizada no Maciel/Pelourinho. Naquele tempo (de 1981 até 1988) o tipo de música negra executada parecia definir o grau de "politização" do ambiente. Diz Wilson: "Tocava Obina Chok, músicas do Ilê, Gil... Depois me incentivaram para o reggae conscientização e passei a tocar as músicas que vêm conscientizar a população negra: Bob Marley, Alpha Blondy, Jacob Miller, Peter Tosh e outros".

As mudanças de mentalidade devem-se, entre outros fatores, às influências das lideranças negras, a exemplo do D.J. Lino Almeida, compadre de Wilson.

O que caracteriza os bares reggae mais tradicionais é a especialização em executar, mecanicamente, músicas reggae e, como complemento, a venda de uma infusão — conhecida como "cravinho" — feita de cachaça, cravo da Índia, limão e mel. No "Cravo Rastafari" são adicionados, como querendo distinção, beringela, gengibre e beterraba.

A decoração do "Cravo" — às vezes chamado de "bar de Wilson" — é feita à base de posters de astros do reggae, especialmente Bob Marley; bandeiras com

as cores simbólicas da Etiópia e da Jamaica (verde, vermelho, amarelo e preto); fotografias de líderes do nacionalismo negro; pinturas e esculturas criadas por artistas rastas frequentadores do bar.

Nas tardes/noites das terças-feiras ocorre com mais originalidade o processo social e ritual e é maior o número de frequentadores. Também aos domingos, no mesmo horário, muitas pessoas rumam ao "Cravo". O proprietário acredita que a presença dominante deve-se à influência dos ensaios do bloco Olo-dum — realizado próximo ao bar — e às terças, ao grande fluxo de frequentadores da "Bênção"* que vêem os bares reggae como uma extensão daquele ritual. E como se na Bahia o "sagrado" se complementasse no "profano". Nas palavras de Wilson: "Se batizam lá com o padre e depois se batizam com o cravo aqui".

É através do reggae que se desenvolve o processo das relações sociais no bar. Embora existam as variáveis de classe e "status", elas não se constituem em barreiras no relacionamento entre os frequentadores. O reggae proporciona uma integração; no entanto, isto não implica que seus fãs esqueçam as mensagens "politizadas" contidas na música, com as quais eles tanto se identificam. Nos bares reggae a música funciona como um "pólo de unidade" ou um interesse específico que transcende as diferenças de classe e "status". Mas qual seria este interesse específico? Ao nosso ver, os encontros nos bares reggae escondem algo que foge do círculo da "politização" existente nestes ajuntamentos; a frequência ao "Cravo" justifica-se também por se constituir em uma oportunidade de comemoração coletiva, de estar próximo aos companheiros, sem qualquer outro objetivo que não seja a alegria de estarem juntos se divertindo num ritual de integração. Diz Wilson em relação aos frequentadores do "Cravo": "Eu sinto que estão mantendo uma união positiva, fraternal e amizade. Perguntam por que o outro não veio naquele dia!..." Segundo o proprietário do bar, a música mais solicitada atualmente é um "reggae romântico", "Number One", do cantor Gregory Isaacs.

Não obstante a predominância dos jovens trabalhadores negros entre os frequentadores do "Cravo", ocorre, nesse espaço, o encontro com estrangeiros, estudantes universitários e artistas locais. A integração permite que, vez por outra, o proprietário do "Cravo" receba, do exterior, posters de astros do reggae, revistas, botons e correspondências remetidas por grupos culturais afinados com Marley, rastafari e reggae.

Na rua, defronte ao bar, concentra-se a maior parte dos frequentadores, o que é facilitado pelo diminuto tráfego de veículos naquela artéria. E do lado de fora onde ocorre boa parte das relações sociais e simbólicas: as exposições em público, permitindo ver e ser visto por um maior número de companheiros, da originalidade em ser rasta — dançando reggae de corpo

inteiro e fazendo os longos cabelos parecerem voar. Em que pese estar localizado a cerca de 30 metros de uma delegacia de polícia, pode-se notar grupinhos re-partindo livremente um "baseado"; naqueles momentos o controle policial parece relaxar, o que talvez se explique por ser — aquele bar — um espaço institucionalizado.

Concluímos as apreciações sobre bares reggae reconhecendo a fragilidade da organização social em torno desses espaços. Os frequentadores mais assíduos têm o bar principalmente como um local de proximidade.

A realidade do mundo rasta em Salvador não se restringe aos rituais das terças e domingos nos bares reggae. Eles não são homogêneos na interpretação do ser rasta; alguns procuram suas identidades em outras formas de relações sociais.

O Caso Muzenza

Os blocos afro se constituem em modernas manifestações culturais dos negros baianos. Dentro do espírito de confraternização na festa, os negros expressam suas especificidades — sociais e culturais — enquanto grupo distinto e inserido no contexto abrangente da sociedade brasileira.

O bloco afro Muzenza é o segundo caso, dos citados neste artigo, onde o mito Bob Marley funciona como um referencial capaz de sugerir uma visão polarizada da estrutura social em que vivem seus fãs. A palavra Muzenza é de origem bantu (kikongo) e denomina o novíço em Candomblé Angola — equivale a "iaô" dos nagô.

Não obstante ter sido oficialmente fundado em março de 1981, o bloco redefiniu a sua gênese, afetado pelo impacto da morte de Bob Marley em maio daquele ano. Os fundadores "construíram" uma mítica que relaciona o bloco ao contexto cultural afro-jamaicano no que se refere aos símbolos da cultura musical moderna: Marley, reggae, Jamaica e rastafari. Na identidade mítica o Muzenza foi fundado no mês da morte de Marley; a rua onde está sediado passou a ser conhecida como Av. Kingston — equivale dizer que o Muzenza localiza-se na própria capital da Jamaica.

No imaginário do grupo, seus componentes são tidos como "os verdadeiros jamaicanos" e, não raro, alguém se refere ao território/bloco como a Jamaica: "Vou pra Jamaica".

Ao "criar" uma identidade mítica o bloco superou, magistralmente, a morte de Bob Marley e com isso fortaleceu sua própria ideologia.

O momento "efervescente" na dramatização do ritual ocorre quando, por ocasião do desfile, o bloco apresenta-se frente ao palanque oficial: os componentes da "tribo" sentam-se no asfalto formando um grande círculo, enquanto que, no centro, os componentes da ala rastafari dançam, ao som do reggae da banda Muzenza, e um deles exibe um poster de Bob Marley. Nesses momentos o rito cumpre a sua função de renovador do mito e da sua "proposta" social.

Por outro lado, a organização política do bloco sofre, simbolicamente, uma alteração: a ala de rastas, antes de presença eventual no cotidiano do bloco, passa a ter o papel fundamental de condutora de ações rituais e mantenedora da ideologia do Muzenza. Passa a ter, inclusive, um papel mítico particular na dinâmica do bloco. Não é à toa que o rasta é um dos símbolos mais reivindicados no Muzenza. O componente do Muzenza, portanto, ao "assumir", simbolicamente, a identidade mítica, pode ver o quanto a vida real está distanciada da ideal e, assim, tentar modificá-la.

Os textos musicais do bloco primam por expressões que sugerem o apocalipse: "A terra tremeu", "arrebenta Muzenza", "trovão azul", "guerrilheiros da Jamaica", etc. Neste sentido, o bloco reflete muito bem o conteúdo ideológico do reggae. O reggae vem proporcionando a abertura de canais simbólicos entre culturas heterogêneas. A Bahia e a Jamaica estão entrelaçadas — no imaginário dos amantes do reggae — por uma união mística, embora com veracidade de um passado etno-histórico comum, propiciada por Bob Marley e a sua música. Marley vive!...

ERICIVALDO VEIGA (BA)

É sociólogo e conselheiro cultural do Bloco Afro Muzenza

NOTA

* A "bênção" ou "bença" foi abordada, do ponto de vista histórico e antropológico, em palestra proferida pelo Prof. Vivaldo da Costa Lima. Atualmente, a festa da bênção se constitui num dos rituais de integração da juventude negra de Salvador; após a presença, às vezes

simbólica, na missa rezada nos dias de terça-feira, às 18 horas, na Igreja de São Francisco, os frequentadores se espalham, entretendo-se, por todo território simbólico Terreiro/Maciel/Pelourinho.
NR: O jornalista Hamilton Vieira, em diversos artigos do jornal "A Tarde", também tenta explicar o fenômeno "A Bênção" das terças-feiras, em Salvador.

O MNU e as ideologias brancas (II)

JOSAFÁ MOTA - MNU/PE

Causou polêmica e muita discussão o artigo de Pernambuco que saiu no número anterior do jornal do Movimento Negro Unificado. Nunca se viu tanto alvoroço, tanta gritaria. Nunca o conceito Civilização Branca ficou tão evidenciado como agora, após a publicação do citado artigo, visto que as mais variadas concepções ideológicas brancas uniram-se em coro afinadíssimo no sentido de combater sem trégua o Movimento Negro Unificado. Foram postas de lado as rixas do dia-a-dia, o embate quase antropofágico pelo predomínio político e ideológico nos movimentos sociais; adotou-se, inclusive, a tática "você concorda com isso que está escrito aqui?", aplicada a todo militante do Movimento Negro Unificado — PE. Independentemente da resposta, que naturalmente era "concordo", uma saraivada de conceitos, táticas, doutrinas vinha em seguida.

Diante disso, resolvi escrever a segunda parte do artigo, não no intuito de retificar o anterior, mas para ratificá-lo, pois nossa prática política está fundamentada na História dos nossos antepassados, que deixaram exemplos a ser seguidos. Não há lugar para desculpas quando temos o gigantesco compromisso de dar continuidade à luta do povo negro na busca incessante do ajuste de contas histórico.

Afinal, o que é civilização branca?

O conceito de Civilização Branca, longe de ser uma interpretação "equivocada e estreita" (ouvimos muito isso), é para nós de suma importância para entendermos o processo de exploração do trabalho no Brasil. Sustentamos que a exploração do trabalho está intimamente ligada à desgraça espiritual, existencial e histórica do povo negro. Para nós, nada mudou nesses cinco séculos, contados a partir da invasão branca no continente americano, seja no seu lado latino-ibérico, seja no anglo-saxônico.

O Movimento Negro Unificado, por estar ciente de que o povo negro não é "massa", impessoal, sem rosto, sem cor, sem experiência histórica, procura conscientizá-lo de que a revolta em grande escala, que sempre foi nossa característica no Brasil, é fundamental. Se usamos o termo Civilização Branca, ao invés de "classe dominante", é porque estamos convictos de que a miséria brasileira, ou a riqueza, está fundamentalmente ligada aos critérios raciais. Quem trouxe os imigrantes europeus para ocuparem as terras que por justiça seriam dos negros não foi a "classe dominante", mas a Civilização Branca, que primeiro sentiu-se ameaçada numericamente e enxergou que a solução era trazê-los para fazer um "balanceamento"; depois porque entendia que o papel social do negro não era o de pequeno proprietário de terra — mas o de subempregado faminto, esfarrapado, dilacerado em sua humanidade; anos mais tarde, sem perspectiva, muitos foram ser subempregados dos mesmos imigrantes, que já davam sinais de enriquecimento rápido.

Se os critérios para se chegar ao Brasil na qualidade de imigrante não foram ditados pela Civilização Branca, então como explicar a interceptação feita pelo governo a um navio carregado de imigrantes negros vindo dos Estados Unidos, no início desse século?

O fato é que o povo negro vive há cinco séculos sob o jugo desse conceito feroz que o extermina fisicamente, que o enlouquece de forma explícita, que o mata pela fome, pelas doenças, que o torna vítima maior dos sucessivos "pacotes econômicos", e bucha de canhão na Guerra do Paraguai. Das Capitânicas Hereditárias a Fernando Collor de Mello, a Civilização Branca continua implacável na sua missão de anjo da morte do nosso povo. A cólera que há cem anos dizimou milhares de negros é a mesma que hoje retorna, à beira do terceiro milênio, para dizimar os descendentes daqueles que sobreviveram à sua primeira investida. Para a Civilização Branca, resolver o "problema negro" sempre foi torcer por uma epidemia. O fato de não ter resolvido os problemas sanitários no país prova o que estamos afirmando. Problema sanitário significa alagados, palafitas, favelas, locais onde o povo negro "reside". Aliás, quanto a essa afirmação, no século XIX os negros começaram a desconfiar do pouco caso que os médicos faziam da epidemia de cólera nas senzalas e mocambos; razões para essa desconfiança não faltavam. Se eles eram uma propriedade, igual a um porco, uma vaca, um cavalo, então por que o pouco caso? E que nas regiões Sul e Sudeste começavam a chegar em massa os imigrantes irlandeses (setores da Civilização Branca já preparavam o golpe do treze de maio) para ocupar lotes de terra ou trabalhar nas lavouras de café. De senzala em senzala, de mocambo em mocambo, os negros foram espalhando que o pouco caso das "autoridades" era, na verdade, um plano sinistro para matá-los e assim resolver o "problema negro".

Para Fernando Collor de Mello, que tem a mesma mentalidade escravista de Tomé de Sousa, a cólera será sua aliada no combate à miséria, mesmo porque a Civilização Branca, da qual ele faz parte, não será atingida. Pena de morte, esterilização das mulheres negras, cólera... Pronto, está resolvido.

Quando afirmamos que miséria e riqueza seguem à risca os critérios de raça e de cor, não estamos cometendo nenhuma barbaridade sociológica ou histórica. O que existe no Brasil são realidades sociais conflitantes baseadas na secular pendência entre negro e branco, entre Civilização Negra e Civilização Branca. Negar esse conflito é negar a realidade do país.

E por esse prisma que riqueza e miséria devem ser enfocadas. Pelo lado da Civilização Branca, o bem-estar, boas casas, piscinas, carros, planos de saúde personalizados, reserva de bons empregos garantida. Pelo lado da Civilização Negra, as palafitas, o transporte caro que leva grande parte do minguado salário, os barracos que a polícia invade sem ordem judicial (coisa impensável numa mansão ou apartamento, locais onde mora a maioria esmagadora dos brancos), a quilométrica fila do Inamps, onde o cidadão negro implora um atestado de loucura para um parente seu (por falta de referência positiva sobre o seu passado, derrotado espiritual e socialmente, o negro é o grande cliente da Civilização Branca nos manicômios).

Em todos os países onde houve escravidão negra, basicamente no lado anglo-saxônico, a Civilização Branca, num gesto de esperteza política, permitiu que se desenvolvessem pequenos bolsões de riqueza no interior da comunidade negra — a famigerada burguesia negra. Situada no meio do caminho entre o movimento negro conseqüente e a Civilização Branca, a burguesia negra é sempre acionada por esta para "apaziguar os ânimos dos radicais". No Brasil, para a felicidade do Movimento Negro Unificado, essa burguesia negra não existe. O senador Bob Kenendy, quando aqui esteve em 1967, foi protagonista de um acontecimento no mínimo cômico. Numa entrevista coletiva, foi bombardeado pelos brancos latinos, que acusavam os anglo-saxões de serem perversos com "seus negros". Esperto, o senador saiu da situação vexatória dizendo que "o racismo é um problema sério; a completa ausência de negros na entrevista é uma prova de que o racismo não é apenas uma questão da sociedade americana". Mudando o que deve ser mudado, foi isso que ele disse à plateia composta de intelectuais latinos que foram à entrevista com o livro "Casa Grande & Senzala" debaixo do braço, e que apelaram, diante do mal-estar geral, para a miscigenação, alegando que no Brasil não existia mais negros e brancos, e que, portanto, eles estavam ali como representantes dessa fusão racial. Não convenceu.

Ora, longe de ser um revolucionário, o que Bob Kenendy não entendeu era como o branco brasileiro, flagrantemente minoria, não criou condições para o florescimento do "meio-termo", ou seja, da burguesia negra, para usá-la no momento oportuno. Certamente chegou à conclusão de que os brancos latinos são mais radicais que os anglo-saxões...

Nem todo mundo conhece as gravuras de Rugendas e Debret. Eles estiveram aqui no século XIX e registraram o cotidiano do povo negro, sendo torturado, trabalhando no eito, vendendo bugingangas nas ruas ou mesmo conversando à porta da senzala ou mocambo. Cento e cinquenta anos depois, as gravuras de Rugendas e Debret continuam tão atuais quanto um computador de última geração. Caso alguém queira conhecer a realidade brasileira, basta caminhar pelos grandes centros urbanos com essas gravuras debaixo do braço. Entenderá que só o Brasil branco mudou, com suas lojas de luxo, com suas usinas que antes eram engenhos, com seus latifúndios maiores do que muitos países, e bem distante daquilo que é a maior humilhação para um ser humano — passar fome.

Quanto ao Brasil negro, as gravuras falam por si só, sem retoques. Elas só estariam atrasadas ou envelhecidas se o povo negro tivesse atingido o estágio de pobreza; mas como ele está ainda no de miséria absoluta, as gravuras continuarão servindo para medir a distância entre o Brasil negro e o Brasil branco.

A Questão da Esquerda Branca

Quando já estava participando ativamente da guerrilha urbana, o capitão Carlos Lamarca, numa carta escrita à esposa, usou o seguinte brado à guisa de despedida:

— Hoje é 4 de julho, aniversário dos Estados Unidos. Viva os Panteras Negras!

Falar de quem já morreu não é bom; é complicado porque alguém pode alegar que não há resposta, não há defesa nem ataque. Os mortos não atacam nem se defendem quando seus atos e palavras são julgados por quem está vivo. Por isso, longe de mim sepultar numa cova-rasa a coerência de Carlos Lamarca, que abandonou tudo, vida estável, família e promoções para combater a ditadura militar.

A questão não é essa, mas outra, bem diferente. É impossível alguém imaginar o capitão Carlos Lamarca fazendo esse brado:

— Hoje é 7 de setembro, aniversário do Brasil. Viva o Movimento Negro Unificado!

A experiência nos diz que não seria apenas impossível. Seria improvável. Se hoje, doze anos depois da criação do M.N.U., a esquerda branca ainda nos combate, imaginem o que ela não faria há vinte...

Então, qual o motivo da simpatia do capitão Carlos Lamarca pelos Panteras Negras? E que a esquerda branca sempre teve admiração por movimento negro — desde que ele esteja fora do Brasil. Quanto mais radical for o movimento negro, mais admiração provoca. Panteras Negras, Muçulmanos Negros, Consciência Negra, tudo isso é válido e justo.

É curioso como Gilberto Freyre e a esquerda branca se encontram tão facilmente quando o tema é movimento negro no Brasil. É curioso mas ao mesmo tempo compreensível, pois ela é parte da Civilização Branca que, embora rachada nos conceitos esquerda & direita, mantém seu predomínio sobre os povos não brancos das Américas.

Racismo não é só barrar um negro na porta de um elevador social, bem como movimento negro não é só fazer trança africana. Se hoje há setores da esquerda branca que limitam o

problema a apenas isso, é igualmente um erro, uma avaliação primária. Racismo é um sistema de dominação que tem como finalidade manter povos sob seu jugo, seja no plano econômico, histórico, teórico. Quando denominamos a esquerda brasileira de "esquerda branca", longe de ser uma gozação ou menosprezo, é uma constatação, porque só o racismo explica o fato de um movimento social que se diz revolucionário conceber uma leitura do trabalho no Brasil a partir da chegada dos anarquistas no início desse século, os chamados "trabalhadores organizados". Os quatrocentos anos restantes, em que o trabalho foi feito de forma "desorganizada", ela apaga com a borracha do racismo. Os companheiros negros das tendências da esquerda branca têm ciência dessa acrobacia ideológica? Faz-se urgente procurar o "capa" repectivo para a necessária explicação. Recentemente, o Movimento Negro Unificado procurou um parlamentar pedindo-lhe ajuda na confecção de um livro didático sobre a história do negro; ele respondeu que "tudo bem, eu ajudo, mas seria melhor escrever um livro sobre a história dos trabalhadores..." Ora, se levarmos em conta que o povo negro tinha apenas dez anos de vida útil, é de se imaginar o grau de preconceito do parlamentar a respeito do trabalho "desorganizado..."

O Movimento Negro Unificado nunca negou que na relação entre patrão e operário existe o antagonismo de classes. O que ratificamos é que o Povo Negro não é uma classe, e quem o domina e explora não é "a classe dominante que aí está". É pior do que isso. O que domina o Povo Negro é uma mentalidade escravista posta em prática pela Civilização Branca durante todos esses séculos. Já explicamos isso um milhão de vezes. Esse método que aplicamos explica tudo, até o fato de a esquerda branca, mesmo sem entender nada de movimento negro, continuar questionando a existência do Movimento Negro Unificado. E aí vale tudo, desde a infâmia "o M.N.U. nega a questão de classe" até a união pura e simples das teses de Gilberto Freyre. Ora, não limitemos as mazelas sociais de um país que somente há cem anos deixou de negociar com seres humanos negros à mera questão de classe. O empresário carnicero que chama a polícia para reprimir uma greve justa dos empregados de sua empresa é o mesmo que pratica a reserva de emprego em benefício do trabalhador branco quando está em jogo uma vaga a ser preenchida entre este e um negro. Constatem isso nas empresas aéreas, nas de turismo, nos hotéis de luxo onde as vagas de garçom, que na África do Sul são ocupadas pelos negros, estão sempre à espera de brancos para preenchê-las. A polícia paulista que prendeu e matou Robson Silveira da Luz, negro, pobre, sob a acusação de ter roubado uma caixa de maçã, é a mesma que prendeu e jogou num camburão o primeiro-ministro do Suriname Dersi Bouterse, igualmente negro, porém riquíssimo, dono de castelos na Holanda. Antes que baixem o nível de novo afirmando que temos o sr. Bouterse como referência positiva do que venha ser um governante negro, afirmamos que ele não faz nem um pouco a cabeça dos militantes do M.N.U. Seu nome apareceu neste texto para que a esquerda branca explique, à luz de sua interpretação, essas "particularidades"...

Fidalga, aristocrática, a esquerda branca, como já disse, se recusa terminantemente a mergulhar na História do Brasil. Por isso, joga a culpa na "classe dominante" quando o empresário chama a polícia para reprimir uma greve de trabalhadores, não se dando conta de que essa atitude autoritária é fruto da mentalidade escravista reinante no país onde trabalho, pelo menos nos primeiros quatrocentos anos contados a partir da invasão branca, nunca foi sinônimo de salário. E quem viveu sob essa condição de trabalhador sem salário e com sua humanidade dilacerada, transformada em coisa, em objeto de compra e venda? Parece incrível, mas a maioria dos militantes da esquerda branca só "estudou" o negro na época do primário e ginásio — para passar de ano. Como esses "estudos" eram através dos livros didáticos escritos a partir da ótica colonial, é comum entre eles distorções como esta: enquanto nós do M.N.U. afirmamos que os africanos, por serem essencialmente políticos, faziam greve de fome em sinal de protesto por sua condição de escravos, esses militantes ainda sustentam a velha história do Banzo, aquela "doença" provocada pela saudade que o pobre negro sentia da África...

Para encerrar esse capítulo, deixo aqui uma pergunta para aqueles que consideram o Movimento Negro Unificado uma entidade "estreita", "equivocada" e "divisora da classe operária": uma empregada doméstica negra pode considerar como membros da classe dominante seus patrões brancos, cutistas e engenheiros da Petrobrás?

Os Negros e as Tendências

No Estado de Alagoas existe um quilombo chamado Cajá dos Negros. Segundo a tradição local, esses negros são sobreviventes do massacre que as forças coloniais fizeram em Palmares. Se isso for verdade eles estão há três séculos neste local onde, naturalmente, a terra é um bem comum, socializada. Agora, imaginem um companheiro negro de uma dessas tendências fazendo uma palestra em Cajá dos Negros sobre a IV Internacional ou sobre a Albânia. Por aí avaliamos o grau de distância entre esses companheiros negros e sua própria História. Sabemos que não é fácil tornar-se negro, politicamente negro; é difícil tanto para um membro da Causa Operária como para um da Assembléia de Deus. Porém, fiquem certos os companheiros dessas tendências: entrar para um movimento negro conseqüente é dar um passo adiante na luta, é libertar-se por inteiro.

Brasil, demagogia racial

“Eu tenho parentes negros, funcionários, empregados, que sempre foram tratados como gente”.
VERA LÚCIA CERQUEIRA —
dona da VDL

No dia 28/03/91, a agência de Empregos VDL, de propriedade de Vera Lúcia Cerqueira, em Porto Alegre/RS, publicou anúncio em jornal local, solicitando candidatos brancos para vaga de gerente de oficina.

Ao tomar conhecimento de tal anúncio, o Movimento Negro de Porto Alegre e a Comissão de Justiça e Direitos Humanos tomaram imediatamente as medidas cabíveis, ou seja, ingressaram com notícia-crime contra a agência e, com base na Lei Orgânica do município, que prevê a cassação de alvará em casos de discriminação racial, a Secretaria Municipal da Indústria e Comércio (SMIC) interditou a empresa.

Na mesma semana, em Rio Pardo, interior do Rio Grande do Sul, o vereador Edoli Camargo, em sessão da Câmara, discriminou em discurso aberto o sindicalista negro Paulo Ivã Dias, atual secretário de Finanças do Sindicato dos Ferrovários do R.S. Com base em gravação realizada na Câmara, o vereador adotou as seguintes expressões verbais: “...e aí os cuscos vira-latas tentaram tomar conta da reunião... aí eram uns crioulos barbudos, cabelos enrolados... tinha um que até parecia, nem parecia gente, parecia um macaco... parecia um bode, era gozação aquilo ali”.

Em cima desses dois casos flagrantes — dentre vários outros — é notória a empáfia e a coragem desses indivíduos em desafiar a carta magna que “rege” as relações sociais do país — a Constituição Federal, capítulo I, art. 5º, item XLII, que afirma ser o racismo um crime inafiançável. Não vamos nos deter apenas na análise legal dos fatos, mas do ponto de vista político também, e questionar até que ponto o poder constitucional é capaz de barrar o poder racista que ainda permeia as cabeças de muitos brasileiros, coordenando suas ações?

Esta é uma resposta que só poderá ser dada quando todas as pessoas comprometidas com as transformações estruturais deste país, e o conjunto da classe oprimida, despertarem das suas ilusões democráticas, e começarem a ocupar os espaços que ainda estão sob o domínio do poder racista. Pois é o poder racista que decide se tem de atirar ou matar, ou não tem de atirar em absoluto; se tem de prender ou não, se tem que romper piquetes ou não, é o poder racista que decide quem pode comer e viver com a ajuda do Estado quando perde o emprego, e quem não pode comer nem receber esta ajuda; quem pode utilizar os meios de transporte e quem não pode; onde se recolhem os restos e onde não; quais as ruas que têm iluminação e bons passeios; e aqueles que não necessitam nem de uma coisa nem de outra; quais os bairros que se reconstróem e quem poderá viver neles. É o poder racista que resolve qual o cidadão a ser chamado para incorporar-se ao exército, e contra que países vai lutar o exército e em que momento.

O que se coloca na ordem do dia é a contradição entre a ideologia da “democracia racial” e a prática autoritária, que culmina na violência racial.

Como bem demonstra Clóvis Moura em seu livro “BRASIL: As Raízes do Protesto Negro”, o discurso

liberal, por incrível que pareça, é o suporte da política discriminatória, racista, violentamente preconceituosa que caracteriza a sociedade brasileira. Quando se afirma que somos uma democracia racial, joga-se ao mesmo tempo, sobre o segmento negro explorado e discriminado, a culpa da sua situação atual no sistema de estratificação de classe. Porque se há iguais oportunidades para todos, o negro não se encontra no cume da pirâmide porque não quer: dissipa seu tempo no samba, na maconha e no álcool. A igualdade perante a lei desse discurso justifica a desigualdade social real em que o negro brasileiro se encontra. O formalismo jurídico, a concepção formalista do processo de interação social, determina, em última instância, que esse discurso liberal absolva os racistas.

Sem sombra de dúvidas, a questão central, que deve nortear o Movimento Negro em sua luta contra a discriminação racial, e contra o “poder racista” está na sua capacidade de mobilização e ação, juntamente com todos os setores organizados da sociedade. Com uma militância que desencadeie dentro de um processo irreversível a conquista das consciências, da verdadeira sociedade igualitária, que possibilite a participação efetiva no poder para que se possa de fato melhorar as condições de vida do povo negro, que foi jogado às margens da sociedade como sendo o exército de reserva à disposição do capitalismo selvagem. Para levarmos isso a bom termo, terão de ser levados em conta quatro pressupostos básicos: utopia, vontade política, audácia e consciência de mudar.

LUIS ALBERTO SILVA - RS

Membro do Instituto Solano Trindade e coordenador do projeto “Jus Populi”

A cor da pena de morte

A primeira proposta de emenda à Constituição é de autoria do deputado Amaral Netto (PDS-RJ) e, em apenas três artigos “curtos e grossos”, intenta pôr fim à garantia constitucional do direito à vida.

O artigo 2º do malfadado projeto prevê a “instituição da pena de morte nos casos de roubo, seqüestro e estupro seguidos de morte”. No entanto, buscando travestir o arbítrio próprio e intrínseco à pena de morte, o autor propõe sua instituição mediante plebiscito.

Sobre a tramitação do projeto, é importante destacar que o mesmo apenas aguarda o momento fatal de entrar em discussão e votação no plenário da Câmara dos Deputados.

Diante da incontestável gravidade da matéria, diversos segmentos da sociedade têm-se manifestado contrariamente à realização até mesmo do plebiscito, por sua flagrante inconstitucionalidade, tanto pelo aspecto jurídico-formal quanto pela falácia de sua utilização. A pretensão de ser democrático, o plebiscito, na verdade, não passa de grotesca manipulação de massas, especialmente numa conjuntura em que a falência moral, política e econômica do Estado é constatada por todos.

Os mais renomados juristas, ao lado de respeitadas parlamentares, ressaltam a afronta

que o projeto faz à Constituição. Isto porque a Lei Maior, no seu Art. 60, § 4º, inciso IV, veda a proposição de “emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais”. Ora, se os direitos e garantias individuais têm por objeto a proteção de um sujeito — ser humano, cidadão — é evidente a inconstitucionalidade do projeto.

Por seu turno, entidades representativas da sociedade, a exemplo da CNBB, OAB e outras, se colocam publicamente contrárias à pena de morte pelas questões de legalidade e por defenderem a vida. Por conseqüência, reivindicam uma ordem social justa para todos, onde a sanção à prática de delitos tenha por finalidade a recuperação e reintegração social do indivíduo, e não a aplicação de castigo primário e comprovadamente inócua no combate à criminalidade.

Várias são as razões que atestam a plena improcedência da instituição da pena de morte, destacando-se estudos realizados em países onde há vigência dessa extremada condenação, que revelam sua ineficácia enquanto instrumento que deveria inibir ou coibir a prática criminosa.

Considerando a significação da pena de morte num país com as características étnico-raciais do Brasil e, ainda mais, a sistemática exclusão dos ne-



gros nas relações de produção e, essencialmente, das relações de poder, interessa-me apontar alguns elementos relativos ao debate, a meu ver ainda pouco avaliados.

Entendo que a ordem do dia deveria ser a discussão acerca do modelo de sociedade implantado em nosso país, que desde o seu “descobrimiento” assentou-se na discriminação para “justificar e explicar” o máximo alijamento e exploração de grandes contingentes populacionais que, não por acaso, não são brancos.

Foi assim com os índios e continua a sê-lo com os negros que constituem mais da metade de toda a população brasileira, mas que têm reduzida participação na riqueza nacionalmente produzida, bem co-

mo nos espaços de decisão e no poder político.

E decorrência deste modelo o verdadeiro caos que hoje presenciemos: são cada vez mais freqüentes, e porque não dizer “normais”, os linchamentos, chegando-se na Bahia à estarecedora estatística de um a cada três dias.

Por seu lado a ação direta do Estado tem igualmente contribuído na consolidação de um quadro que insere em nosso cotidiano o convívio com manifestações de barbárie, impróprias a uma efetiva nação.

Neste caso, trazemos como exemplo o assassinato de 18 homens (na maioria negros) no interior do 42º Distrito Policial de São Paulo, uma evidente e paradoxal coexistência da “modernidade” com o hodiern-

do primitivismo na execução primária, sem qualquer defesa, de indivíduos socialmente marginalizados.

Com efeito, num caso a população desencadeia um processo de ação-reação, que só encontra espaço pela “ausência” do Estado; noutro, agentes do Estado assumem postura ativa e promovem a chacina. Como vemos, a condenação à morte já é realidade no Brasil para os negros discriminados.

Assim, é evidente a “collorção” da proposta de legalização da pena de morte, quando o que se deveria fazer é formular projetos que efetivamente pusessem fim à acintosa concentração de riquezas em pouquíssimas mãos; que retirassem das ruas, para alimentar e educar, os 25 milhões de crianças abandonadas; que construíssem moradias para as milhares de famílias sem-teto.

No entanto, em vez de enfrentar os grandes desafios que possam nos levar a uma vida digna e justa, quer o deputado Amaral Netto impor a escolha sobre como deve o Estado, oficialmente, matar os seus cidadãos; se por enforcamento, fuzilamento, cadeira elétrica. Para os inimigos da vida, tais formas são apenas “detalhes”. É lamentável.

VERA LÚCIA
ARAÚJO-MNU/DF

□ ENTREVISTA

LÉLIA GONZALEZ

Jornal do MNU — Lélia, em que o Movimento Negro tem contribuído para a cidadania do negro brasileiro? Gostariamos que você fizesse um balanço do movimento, dos anos setenta até aqui.

Lélia Gonzalez — Eu acho que a contribuição foi muito positiva, no sentido de que nós conseguimos sensibilizar a sociedade como um todo, levamos a questão negra para o conjunto da sociedade brasileira, especialmente na área do poder político e nas áreas relativas à questão cultural. E aí a nossa contribuição é muito mais nossa, digamos assim, produto dessa criatividade que marca a comunidade negra. Estou pensando em termos de Bahia, fundamentalmente, porque eu acho que a Bahia é um grande fulcro nesse sentido da emergência da identidade a partir do cultural. A Bahia, como diria o Gil, deu a régua e o compasso. E estou pensando, especificamente, nos afro-afros e blocos afros pelo papel que eles têm tido de levar essa conscientização para dentro da comunidade negra, embora levem também para fora. Eu vejo como meus alunos brancos estão atentos para a questão da Bahia, dos blocos afros, do reggae. Eles vêm aqui aprender alguma coisa. Em termos da comunidade mesmo, acho que é necessário aprofundarmos muito. Aqui em Salvador a gente percebe como isso rola tranquilo. Uma tranquilidade que a gente sente até mesmo na postura física do negro na Bahia. Uma coisa muito interessante de a gente observar e tem a ver com um mínimo de consciência de suas raízes, de suas origens culturais. Tanto que o pessoal diz que os negros da Bahia são bonitos. Quando as pessoas dizem isto, não percebem que elas estão se sensibilizando é por uma postura de alguém que sabe que ele é ele mesmo e não um outro, aquele outro determinado pelo poder branco. E nisso, efetivamente, os blocos afros tiveram uma contribuição assim extraordinariamente fundamental, a ponto de sensibilizarem grandes estrelas da música popular, que não podem deixar de falar nesses blocos afros. Inclusive, a articulação do Olodum com Paul Simon, muito interessante também porque levará mais adiante, como aconteceu com o reggae de Bob Marley. Me recordo uma vez que eu estava numa biboca do Senegal, uma birosquinha numa área periférica, e havia lá uma caixinha cheia de discos. O cara vendia tudo ali na loja, gato, sapato, não sei que mais... e Bob Marley. E você fica pensando até onde ele chegou e marcou. Nesse lado cultural aí acho que nós sempre fomos vitoriosos, a verdade é essa. Agora, no que diz respeito às questões político-ideológicas, a coisa é séria, a meu ver. O que a gente percebe é que o MNU futucou a comunidade negra no sentido de ela dizer também qual é a dela, podendo até nem concordar com o MNU. Hoje a gente verifica que pintou uma certa autonomia no que diz respeito a algumas entidades aí pelo Brasil, que articulam áreas de ação que não são, especificamente, aquelas que ficam numa política abstrata, genérica, mas áreas de ação no sentido concreto, dentro da comunidade, dentro das propostas e das exigências desta comunidade. Para dar um exemplo interessante, me recordo do momento da Constituinte, em Brasília, quando eu atuava enquanto mulher negra dentro do movimento de mulheres, no Conselho Nacional. Havia uma passagem de informações, porque o Movimento Negro estava reunido lá para fazer suas propostas aos constituintes. E eu me recordo que, de repente, chegou uma mulher dizendo assim: "Olha, o Movimento Negro está reunido levantando uma questão incrível, a questão do crime inafiançável com relação à discriminação racial, a gente tem que trazer isso também para nós". Esse tipo de troca, de contribuição, que para mim era uma coisa abstrata que eu lia nas histórias, por exemplo, do Movimento de Mulheres, do Movimento Negro e do Movimento de Homossexuais nos EUA. E eu verificava uma anterioridade do Movimento Negro na colocação de uma série de questões para o Movimento Feminista que, por sua vez, passou para o Movimento Homossexual e, de repente, você constata isso a partir de sua experiência concreta. Eu acho que isso significa um avanço do Movimento Negro, uma contribuição extremamente positiva. Quer dizer, nós deixamos de ser invisíveis, a verdade é essa. Não dá mais para se ficar escamoteando a questão das relações raciais no Brasil, pois nós estamos aí, de uma forma ou de outra.

Jornal do MNU — Nós estamos a dez anos do século XXI, com uma população negra em sua maioria analfa-

beta ou semi-analfabeta, sem preparo profissional nenhum. Quais seriam as tarefas mais importantes do Movimento Negro para a próxima década, já de olho no século da automatização?

Lélia Gonzalez — Na África, num desses Congressos em que estive, essa questão pintou, levantada por um companheiro do Movimento Negro dos EUA. A grande questão levantada foi esta: "Nós estamos aqui falando do passado, de glórias ou de derrotas, mas como é que estamos nos colocando em termos de perspectivas, em termos de futuro? O ano 2000 está aí, o mundo se automatiza cada vez mais — e nós?". Exatamente a mesma questão que você está fazendo agora. Essa preocupação está no ar e quem está pensando a questão do negro está pensando nela também. Então me parece que a questão passa por aí, nós temos que estabelecer tarefas dentro de um campo concreto e rapidinho desenvolver uma militância muito ativa junto às próprias comunidades negras espalhadas pelo Brasil. Porque não estamos mais naquele tempo (claro, quando for necessário, tudo bem) de só ficar fazendo manifestaçãozinha de rua, não. Temos que nos voltar para dentro do quilombo e nos organizarmos melhor no sentido de dar um instrumental para esses que vão chegar e vão continuar o nosso trabalho. Veja que isso é muito sério, em termos de nossa comunidade, essa ausência de instrumental que lhe possibilite se colocar em pé de igualdade com as populações não-negras, que têm um acesso extraordinário à informação. Você percebe isso nas pequenas coisas, como esses videogames da vida. As nossas crianças nem sabem o que é isso, porque elas estão nas ruas, sem escola, vendendo balas. Me parece que a tarefa passa por aí, por essa visão prospectiva, pelo estabelecimento de campos nesse sentido aí. Hoje a militância se diversifica, e ela é obrigada a se diversificar em face dos terríveis problemas que nós temos pela frente. O pessoal da área de informática dá cursos para o pessoal que não conhece, senta e conversa, mostra como é que é. Assim você instrumentaliza, por exemplo, o pessoal que vai trabalhar na área de educação. Recordo-me de um papo com Darcy Ribeiro, ele dizendo justamente essa coisa. Eu estava defendendo a oralidade, a cultura oral. E ele dizia que achava válido o que eu estava dizendo, mas que não era suficiente. Porque se não souber ler, dança. E arrancado da chamada civilização, não tem espaço e vai ser aquele tipo de massa anônima que a gente vê nos romances de ficção científica, não é verdade? Acho que o Movimento Negro tem que pensar seriamente nessa questão. E veja que é uma de nossas grandes bandeiras, sempre levantamos a questão da educação. Agora acho que nós não a implementamos devidamente, a gente falava muito mas não desenvolvemos trabalhos concretos nesse sentido. E temos que partir para isso urgentemente, ontem.

Jornal do MNU — A tarefa é muito grande, árdua e o sistema não está interessado. Como é que o Movimento Negro se articula, e com quem, para que esta tarefa mínima que é alfabetizar o povo se concretize. O fato de termos hoje governadores negros teria alguma influência, ainda que não tivessem sido eleito por voto negro explícito?

Lélia Gonzalez — A questão dos governadores negros é muito importante. Eles têm um mínimo de poder para desenvolver esse tipo de tarefa, não há dúvida. Eu acho que o Movimento Negro tem que estar junto desses caras, tem que pressionar. Eles não podem somente ficar lá dizendo: "Olha, sou o primeiro governador negro eleito". É importante que eles percebam a tarefa, a exigência ética que eles têm com relação a sua comunidade. E se é uma exigência ética, tem que ser política também, porque as duas coisas se articulam.

Jornal do MNU — Existem hoje no país algumas centenas de entidades negras. Pulverizamos idéias por esse Brasil afora, mas não conseguimos consolidar um programa mínimo não só para o próprio movimento, como para ser assumido por outros setores da sociedade. Como você avalia isso?

Lélia Gonzalez — Nos faltou exatamente esse instrumento de trabalho, uma reflexão crítica muito profunda no sentido dessa articulação aí. Eu acho que nos falta, eu falo isso através de uma vivência e experiência pessoal, um sentido de solidariedade enquanto movimento. A gente verifica, e isso é uma questão da maior importância, que determinados quadros que poderiam

estar à frente pela sua experiência, pelo que aprendeu durante anos de luta, poderíamos estar todos juntos, pensando e implementando. A gente percebe que existem algumas exigências éticas, para dentro do movimento, e que o Movimento Negro ainda não tomou consciência delas. Eu acho isso. Essa coisa da solidariedade é fundamental. Falo de uma perspectiva ética, evidentemente, mas estou apontando para o político. E essa solidariedade que vai permitir que você não se envolva com as formas de cooptação que vêm de fora. Então a gente percebe que isso leva a essa falta de perspectiva de implementação de uma prática política e de um trabalho efetivo, concreto, visando esse futuro aí. A gente nota que determinados quadros, que são pessoas assim que têm uma competência, uma capacidade, se deixam levar pelas propostas de cooptação que vêm da parte do sistema. Então você se vê numa espécie de beco sem saída, porque, de repente, você está levando uma porrada aqui e eu não te ajudo, porque eu estou comprometida com a minha cooptação. Então eu me fecho para a minha comunidade, para meus companheiros de Movimento Negro, porque eu estou muito comprometida com a minha proposta de cooptação, e muitas vezes achando que estou atuando enquanto militante. O que eu vejo é que os fatores continuam, só que se sofisticaram muito mais e nós temos que estar atentos para isso. Em termos de Movimento Negro no Brasil, a nossa proposta não é a mesma do Movimento Negro dos Estados Unidos. Não é porque, em primeiro lugar, se nós somos maioria efetivamente, nós temos que lutar pelos nossos direitos, nós não temos que ficar no gueto, temos que partir para ocupar espaços na sociedade como um todo, não há dúvida. Nós temos as propostas mais democráticas. E da gente que tem que partir essas propostas de democracia, efetivamente. O sistema funciona justamente no sentido de alijar a maioria, basta você vê, por exemplo, o quadro da classe política: é a mesma coisa desde que o Brasil é Brasil. E o cara, daqui a pouco é o filho dele, daqui a pouco é o neto dele, o poder rola praticamente nas mesmas mãos e nós ficamos de fora, nós que somos o povo — o movimento negro cultural está cansado de mostrar que nós somos o povo, já provou isso tranquilamente pra todo mundo, só não vê quem é cego ou quem quer permanecer cego. O movimento negro na sua vertente política tem que pensar isso com muito seriedade. Em primeiro lugar, portanto, a proposta de gueto não tem nada a ver com a gente, embora haja a tentativa de nos guetizar. O sistema tenta nos guetizar, evidentemente, mas nós não podemos aceitar isso, porque ele próprio se coloca pra todo mundo como uma coisa aberta, que não existe aqui discriminação racial, que todos são iguais perante a lei. Mas vamos ter que provar isso mesmo, nós vamos brigar para provar que somos todos iguais perante a lei, mesmo. A questão da democracia tem muito mais a ver conosco, que somos excluídos, do que com os caras que estão no poder, que não estão a fim, evidentemente. E aí entra a questão dos governadores negros, que terão que provar a que vieram, com relação a sua própria comunidade. Eu vejo os fatores do sistema como uma questão muito complicada, porque eles são muito sofisticados. Eles estão à frente de instituições poderosas e você tem que estar muito atento para ver até que ponto você está no jogo. Mas você percebe que muitos companheiros ganham o jogo, se aliam aos fatores (como aconteceu na nossa história, para que não se pense que os fatores agiam sozinhos. Eles tinham seus cúmplices também), e contribuem para essa dispersão, essa falta de perspectiva, para a falta disso que você colocou, um programa mínimo de ação. Eu me lembro da Zezé Mota, por exemplo. Ela fez uma tentativa em sua área de criar aquele catálogo de atores negros. E o que aconteceu? Qual foi o suporte, o apoio que o Movimento Negro deu para Zezé Mota? Nenhum. O que a gente viu foi crítica, crítica, crítica. E ela não quer mais saber disso, quer viver no meio da comunidade artística, etc. E o trabalho dela acaba se transformando em um trabalho isolado, e sozinho você não tem forças. E esse estilhaçamento em face das estratégias de cooptação do sistema, essa falta de resposta aos companheiros que estão numa linha de frente, na boca do sistema, quando os fatores da vida chegam e o atingem. Porque no momento em que nequinhão me atinge, não está atingindo a uma pessoinha que é a Lélia, está atingindo a mulher negra, é o movimento negro que está sendo



atingido. E você constata que neguinho permanece num silêncio extraordinário, de cumplicidade com esse tipo de opressão, com esse tipo de discriminação, porque é uma discriminação que se veste de aliada do negro. E a coisa é perigosa por isso. O feitor de hoje é o grande aliado que chega e bate nas suas costas, etc. E que, de repente, está vivendo às custas de nossa comunidade, se dizendo um grande aliado que faz e acontece. E aparentemente faz, mas faz para dentro do sistema e o sistema diz: esse cara é legal.

Jornal do MNU — Você aproximaria aí os conselhos criados já em diversos Estados?

Lélia Gonzalez — Olha, com relação aos Conselhos, nem tanto. É uma arma de dois gumes. Minha experiência é com o Conselho dos Direitos da Mulher, onde nós fomos parar num beco sem saída, porque o Conselho engoliu a gente. Mil propostas, todo mundo querendo trabalhar, fazer e acontecer, o maior entusiasmo. E, no entanto, bastou uma penada de um ministro da Justiça desses aí e acabou tudo. E isso que nós não podemos perder de vista. É claro que nós temos que ter as frentes de trabalho e eu vejo o Conselho como uma frente de trabalho. Como tal, ela é provisória, absolutamente provisória e você não pode esperar grandes resultados dela. Frente de trabalho é isso: neguinho está com fome, desempregado? Vamos criar uma frente aqui, botar esse pessoal. São modos que o sistema cria para botar açúcar na boca da gente, porque não está abrindo no fundamental. E eu fico preocupada é com a disputa que se trava para participar dessas frentes. Aí neguinho mata a mãe do outro e, de repente, acabou-se a visão de comunidade, entra a visão individualista típica da cultura ocidental. Neguinho cai nas armadilhas do individualismo, briga com o outro, sacaneia, entrega o nome na praça para conseguir um carguinho idiota onde ele não tem a possibilidade de fazer grandes coisas.

Jornal do MNU — Fale um pouco sobre sua trajetória no movimento feminista.

Lélia Gonzalez — No meio do movimento das mulheres brancas, eu sou a criadora de caso, porque elas não conseguiram me cooptar. No interior do movimento havia um discurso estabelecido com relação às mulheres negras, um estereótipo. As mulheres negras são agressivas, são criadoras de caso, não dá para a gente dialogar com elas, etc. E eu me enquadrei legal nessa perspectiva aí, porque para elas a mulher negra tinha que ser, antes de tudo, uma feminista de quatro costados, preocupada com as questões que elas estavam co-

locando. Agora, na própria fala, na postura, no gestual, você verificava que a questão racial era... Isso a gente já discutiu muito e a experiência mais positiva que eu tive foi num encontro na Bolívia promovido pelo MUDAR (Mulheres por um Desenvolvimento Alternativo), uma entidade internacional que foi criada um pouco antes do encerramento da década da mulher em 1985. Foi ali, pela primeira vez, que eu encontrei um tipo de eco, uma maturidade por parte do movimento, no sentido de parar e refletir sobre as questões que a gente coloca enquanto mulher negra, a dimensão racial que está presente em tudo e você não pode fingir que ela não existe. Mas não há dúvida de que existe um setor do movimento de mulheres que está preocupado com a questão racial. O feminismo, como uma feminista inglesa colocava, não terá cumprido sua proposta de mudança dos valores antigos, se ele não levar em conta a questão racial. O que eu percebo é que o nosso cultural nos dá elemento muito fortes no sentido da nossa organização enquanto mulheres negras. Uma história que rolou e gera uma grande luta interna com o homem negro, uma questão muito séria dentro do Movimento Negro, um ressentimento muito grande das mulheres diz respeito à sexualidade, porque muitos homens negros preferem as mulheres brancas. Isso é verdade, não dá pra você ficar escondendo o sol com a peneira. Eles internalizaram o valor branco como supremo, como todos nós, só que a gente está tentando sair dessa. Até algumas lideranças dentro do Movimento Negro só transam com mulheres brancas e isto é uma forma de reprodução do esquema racista, sem sombra de dúvidas. Dentro da proposta de feminismo que a gente está tentando colocar, me parece fundamental não perder de vista a relação homem negro/mulher negra. Não é só a gente se olhar enquanto mulher negra, mas nos vemos na relação com o homem negro, e ele com a gente. Porque tem que ser uma coisa dinâmica, sobretudo porque fazemos parte de uma comunidade que é discriminada pela dimensão racial. E me parece que as respostas de parte a parte, até o momento, não são satisfatórias. De um lado nós temos uma postura muito machista de parte do homem negro, e eu vejo que a sua procura da mulher branca passa por aí. Pela nossa experiência histórica juntos (homem negro/mulher negra) a gente se conhece muito bem, há toda uma cumplicidade no que diz respeito ao enfrentamento de uma série de questões. Mas no caso da mulher branca, ela não vivencia essa experiência da discriminação racial. Então acontece que, muitas vezes, os homens negros vão exercer seu machismo junto às mulheres brancas. De certa forma, o homem negro atualiza sua rivalidade com o homem branco na disputa da mulher branca. Ele tem, portanto, uma afirmação muito grande como macho e se acha então o rei da cocada branca. E a mulher negra fica jogada pra escanteio. O ressentimento surge por aí. Acontece que os dois são muito carentes, há uma profunda carência de parte a parte. Na medida em que, no interior do movimento, nós mulheres constatamos isso, a coisa assume uma dimensão tão forte que, muitas vezes, nos leva a assumir as mesmas posturas do movimento feminista branco. Nós não podemos reproduzir mecanicamente as propostas de um movimento feminista ocidental judaico-cristão, etc.

Jornal do MNU — Quais são essas propostas?

Lélia Gonzalez — A questão da sexualidade tem que ser discutida num nível mais amplo e não no nível do orgasmo, pura e simplesmente. Estou propondo um orgasmo muito maior, um prazer e uma felicidade muito maiores. É claro que a gente necessita ter conhecimento do próprio corpo, tudo bem. Mas me parece que, nessa relação da mulher com a sua própria sexualidade, a gente pode cair em algumas armadilhas do tipo uma exaltação exagerada de nossa própria feminilidade, porque evidentemente eu não posso deixar de reconhecer que eu tenho um lado masculino também, como vocês têm um lado feminino. Na medida em que eu exagero a minha parte feminina, eu estou em desequilíbrio, embora não negue que uma das grandes coisas que aconteceram no mundo nos últimos anos foi o Movimento de Mulheres, quanto a isso não há dúvidas. Precisamos assumir uma posição mais equilibrada em termos dessa relação homem/mulher, por que eu não sou mulher sozinha, eu sou mulher com um homem, e é nessa relação que eu vou afirmar a minha humanidade, numa relação de troca com o homem, se não a gente dança. E esses valores da cultura africana estão lá esquecidos no inconsciente da gente, e têm muito a contribuir no sentido do equilíbrio da relação homem/mulher. Se nós continuarmos muito ressentidas com nossos companheiros do Movimento Negro, se eles continuarem buscando uma relação de possessividade e de afirmação de seu machismo, nós, enquanto comunidade, estamos dançados, a esquizofrenia já se instalou aí, tranquilamente. E nós, mulheres negras, temos que ter uma visão muito crítica desse movimento feminista, porque não dá para ficar reproduzindo determinadas práticas.

Jornal do MNU — Quando falamos há pouco de ética e Movimento Negro, ficaram no ar algumas avaliações da militância que você poderia retomar agora para concluir.

Lélia Gonzalez — A questão ética no interior do Movimento Negro e também uma outra questão que se encaixa aí, a da perspectiva histórica. Uma consciência histórica que, de repente, a gente perde, na medida em que nos jogamos com tal intensidade para dentro do movimento, pensando como nossa contribuição é divina e maravilhosa (e aí entra a questão do narcisismo, que é preciso também exorcizar), a gente acha que vai resolver todas as questões numa vidinha que é a nossa vida. E acontece que o buraco é muito mais embaixo. Estávamos falando do que a gente pode fazer nos próximos dez anos em termos de comunidade negra e veja as dificuldades que a gente tem. A perspectiva é a de que a gente abra alguns caminhos e a gente tem que ter aí consciência da nossa temporalidade, ou seja, a gente vem e passa, vem e passa no sentido de passar mesmo e passa também a nossa experiência para quem está chegando. Aí é que me parece que os africanos podem nos ensinar muito. Precisamos ter a paciência revolucionária para verificarmos o seguinte: olha, sabe, não queira abraçar o mundo com pernas e braços, porque não dá jeito e, a partir daí, você tem a consciência histórica da temporalidade, do processo, o que vai te permitir ter muito mais tranquilidade no que diz respeito a tua inserção no movimento. Você adquire uma sabedoria. Você verifica sua temporalidade, seu tempo de inserção, o que você pode fazer, e tem a humildade de dizer: eu posso dar essa contribuição e darei com todo o carinho, mas eu não sou o único, não sou o salvador da pátria. Porque entra muito aí aquela visão centralista, eu diria até fascista, de quem se acha dono da verdade. Graças a essa visão distorcida da realidade, tem ocorrido lutas internas terríveis, cobranças absurdas. Você exige a perfeição do seu companheiro, porque você a exige de você. Você acha que tudo tem que acontecer como um milagre divino, e você é o porta-voz dessas coisas divinas. E o que acontece, muitas vezes, é que você sacrifica sua existência pessoal em função do movimento e temos verificado quantos companheiros se perderam no meio do caminho. Se perderam por falta de clareza política, evidentemente, mas também porque se jogaram de uma forma tal que, para eles, a construção de sua própria vida era um negócio tão secundário porque eles estavam apostando única e exclusivamente no movimento. E eu acho que não pode ser assim, não. Você tem que ter um equilíbrio. Eu vejo meu próprio caso, eu fui muito assim, é uma autocritica o que eu estou fazendo também. Eu achava que tinha que estar em todas, me jogando loucamente, e meu projeto pessoal se perdeu muito, agora que eu estou catando os pedaços para poder seguir a minha existência enquanto pessoa que sou. E a gente sai muito ferido e machucado dessa história toda. Porque, evidentemente, seu sonho é tão grandioso e a realidade é tão... que você sai machucado. Machucado não só porque você investiu demais nesse tipo de projeto, mas machucado também pelas porradas que os outros lhe dão, não há dúvidas. A questão da militância tem que ter esse sentido e aí nós temos que aprender com os nossos antigos, os africanos, esse sentido da sabedoria, esse sentido de saber a hora em que você vai interferir e como você vai interferir, fora desse lance individualista. É importante distinguir o seguinte: projeto pessoal não quer dizer individualismo, não. E você se ver na sua dignidade de ser humano. Você enquanto pessoa tem que buscar crescer, desenvolver-se também. Agora, no Movimento Negro, você não vai crescer se misturar isso. Se misturou, dançou. Você vira um fanático, que ninguém agüenta, que ninguém suporta. Acho que isso é fundamental e vai lhe permitir essa reflexão e ainda lhe permitir não cair na sedução da cooptação. Você desenvolve sua vida dignamente, seu projeto pessoal, e nesse jogo dialético com o movimento você vai ter a capacidade de vislumbrar o que está acontecendo em torno. Se você mergulhar no movimento, você se afoga — e depois? Depois vai acabar se suicidando, vai acabar um nihilista danado: "Sai fora, não quero mais saber de movimento negro, acabaram comigo". Vai embora cuidar do seu projeto individual e não pessoal, e não quer mais saber do Movimento Negro, é capaz até de trair o movimento. Então me parece que esse equilíbrio é fundamental. Você constrói sua vida pessoal, você tem a possibilidade de ser universal, humano, de entender o todo, de sentir esse todo dentro de você. Então você não se sectariza, radicaliza mas não sectariza. E para isto tem que estar muito atento. Se não vai ser a grande dançada. A gente cansa, a gente morre na praia.

Com uma programação diversificada, a I Semana Goiana de Reação à Violência Racial marcou a opinião pública do Estado. "O que é MNU? Como está aquele caso de racismo? Por que vocês não realizam algo em nosso bairro?, são perguntas estimuladas por uma maior exposição da entidade no difícil campo da reação efetiva à violência racial. Não se trata de apenas denunciar os vários casos de racismo, mas de tomar atitudes concretas que contribuam para sua diminuição e futura extinção total, se possível.

O motivo-base para a detonação da I Semana Estadual foi o caso de racismo envolvendo bárbara tortura em delegacia policial, sofrida por Albino de Souza, 29 anos, trabalhador braçal residindo há 17 anos na segunda maior cidade do Estado, Anápolis. Somados mais três casos — um de discriminação no trabalho, outro também de espancamento e prisão ilegal e, por fim, um de arquivamento escuso de um processo por crime de racismo em local de moradia, a I Semana Goiana de Reação à Violência Racial foi fruto de um caldo de cultura cujo ponto ótimo de ebulição se deu no Congresso Nacional do MNU, realizado em fins de março, no Rio de Janeiro.

Racismo e violência policial

A violência policial contra o negro no Brasil data do período colonial, quando as tropas portuguesas ostensivamente armadas mantinham sob o império do terror todo um povo. A herança colonial persegue a "elite" dirigente e faz com que ela — às vezes, contra seus próprios interesses de longo prazo — negue o caráter "revolucionário" de sua classe. Neste e em outros aspectos, o forte ranço conservador da classe impede aquele tipo de mudança segundo o qual "perdem-se os anéis mas mantêm-se os dedos". O conservadorismo brasileiro está cada vez mais investindo num caminho que mostra não querer somente manter seus dedos e anéis como, violentamente, arrancar os dedos dos outros, num canibalismo social que acaba por ser autodestrutivo.

É neste contexto que ocorre o aumento da violência policial, antecedida por atos violentos para todos os gostos: ideológicos, políticos, econômicos, culturais... numa lista de agressão quase interminável. O caso do trabalhador braçal Albino de Souza é exemplar. Mantido preso durante quatro dias, acusado injustamente de estupro seguido de homicídio, foi colocado no "pau-de-arara" — instrumento de tortura que consiste em uma trave na qual, pelos pés e mãos, se pendura a vítima, deixando-a à mercê dos torturadores —, seviciado sexualmente por meio de um pe-

Goianos reagem à violência racial

GERALDO JUNIOR

daço de ferro introduzido em seu ânus, espancado com cabo de vassoura que chegou a se quebrar em seu corpo, colocado sob eletrochoque durante quatro horas consecutivas e finalmente ameaçado para que calasse seu sofrimento.

Albino só foi solto da cadeia depois do quarto dia, devido à prisão em flagrante do suposto criminoso, Lorendi Ferreira de Almeida, segundo Albino também vítima de tortura. Flagrados em crime e erro de cálculo, os policiais torturadores — que atuam no 2º DP de Anápolis — ainda ameaçaram o trabalhador braçal caso ele relatasse o acontecido. Não intimidado, Albino não só consultou um advogado, como denunciou tudo nos meios de comunicação de Goiânia, visto que em Anápolis o delegado do 2º DP, Jocely Machado, tem grande influência política, já tendo sido candidato a deputado.

Imprensa conivente

Neste sentido, a ponta do iceberg mais visível até o momento surgiu na própria imprensa de Goiânia, onde foi publicada no Jornal Diário da Manhã uma matéria difamatória e sem levar em conta os mínimos preceitos da ética jornalística. Publicada no dia 13.04.91, a "sacana-gem" já começa pelo título, "Araponga e Lorendi são estupradores". O apelido de "Araponga" foi cunhado pelos próprios torturadores quando julgaram ser Albino de Souza um criminoso. Além disso, o jornal adotou como verdade uma declaração emocional de uma parente da vítima de estupro e assassinato que, sem prova alguma, afirmava que Albino era o criminoso. O que ocorreu foi algo tristemente comum num país do Terceiro Mundo em direção acelerada ao Quarto;

a imprensa por meio de alguns de seus profissionais toma para si o direito de prejulgar condenando ou absolvendo pessoas de acordo com veredictos desconhecidos mas sempre imaginados. Apesar de terem exigido e obtido o direito de resposta, as entidades defensoras dos direitos básicos de Albino identificaram danos irreversíveis ao processo.

Logo após a publicação da difamação, Albino teve sua prisão preventiva decretada com base em supostas "ameaças" à família da vítima, mesmo o rapaz não estando mais na cidade e escondido de perseguições dos policiais torturadores. Os torturadores continuam a perseguir pessoas próximas a Albino, pressionando-as — mesmo antes da decretação da prisão — a denunciar seu paradeiro. O clima psicológico existente em Anápolis e criado artificialmente pelos criminosos provavelmente impedirá que o trabalhador retorne para o seu lar.

O MNU-GO, em conjunto com o Movimento Social Projeto Brasil e o Movimento de Resgate da Identidade Cultural, a princípio chegou a ter seu direito de resposta negado pelo editor do "Diário da Manhã", o que acabou acontecendo pela falta gritante no campo da ética. Mas mesmo sendo facultado por lei e pelo Código de Ética do Jornalista, o direito de resposta não foi publicado com o mesmo espaço e destaque dedicado à falsa matéria jornalística. Além de tudo, no rodapé do direito de resposta sobreveio uma nota mentirosa.

Outras violências

Também os jovens Roberto de Sousa e Nilton da Silva, ambos com 20 anos, sofreram violência policial. Ficaram presos ilegalmente por quatro horas vítimas de espan-

camentos e pressão psicológica. Foram mantidos em cela coletiva junto a pessoas que se confessavam marginais perigosos. Somente foram soltos porque o pai de um deles os buscou na delegacia. Caso contrário não se sabe — mas pode-se imaginar — o que mais teria acontecido. O irônico em tudo isso foi identificado inicialmente pelo "Correio Braziliense" em sua sucursal em Goiânia: os policiais espancadores são do 1º DP, o mesmo Distrito Policial encarregado das investigações sobre o caso de racismo no mercado de trabalho sofrido por Maria Eulália Ferreira.

Maria Eulália, 23 anos, foi impedida de ter acesso a um emprego por ser negra. Ela ficou sabendo, através de um anúncio de jornal, que o restaurante "Muralha Chinesa" estava precisando de moças com "boa aparência" para trabalhar no recinto. Surpresa ela ficou ao constatar que a exigência de "boa aparência" funciona como um eufemismo para "que não seja negra", algo muito comum no dissimulado e covarde racismo à brasileira. O proprietário do restaurante, o chinês Yen Pin Jen — desconhecendo os "códigos morais" da sociedade brasileira — não hesitou em afirmar sem meias palavras que Eulália não servia por ter o "cabelinho enroladinho", fato presenciado por testemunhas. O proprietário não quis nem fazer sua ficha de inscrição. O chinês só selecionou e anotou nomes de moças brancas.

Reagindo à violência

A exemplo das demais vítimas, Maria Eulália Ferreira não deixou por menos. Reagiu à violência racial recorrendo à assistência jurídica e processando o proprietário do restaurante com base no Artigo 5º, item XLIII da Constituição Federal que determina "a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da lei".

Foi neste clima que se deu a I Semana Goiana de Reação à Violência Racial entre os dias 09 e 13 de abril, com uma programação que incluiu uma mostra de vídeo seguida de debate com o tema "A Violência Racial Vista pelos Meios de Comunicação de Massa", entrega de Carta de Repúdio à Assembléia Legislativa e à Secretaria de Segurança Pública, viagem a Anápolis numa manifestação de desagravo a Albino de Souza e manifestação e panfletagem às portas do restaurante "Muralha Chinesa". Até o momento (meados de maio) sequer fomos agendados pelo secretário de Segurança Pública do governo Íris Rezende, Joaquim Tomaz. Mas o objetivo final foi alcançado: todos os processos foram pelo menos indicados, seja judicialmente ou por meio da Corregedoria de Polícia. Os negros reagem à violência racial.

Stevenson fala da pena de morte nos EUA

Bryan A. Stevenson é diretor-executivo do Alabama Capital Representation Resource Center, nos Estados Unidos. Há sete anos atuando como advogado de condenados à pena de morte, foi agraciado, em 1989, com o prêmio Reebok de Direitos Humanos. A entrevista com Bryan Stevenson foi realizada em São Paulo por Milton Barbosa.

Jornal do MNU — O que significa a pena de morte para os negros norte-americanos?

Stevenson — Nos EUA, a pena de morte é um símbolo. Representa dominação, discriminação racial, como nenhuma outra relação pode expressar tão bem. Durante a escravidão a punição era a única forma de controlar e de manter os escravos em seu lugar, por isso o negro era condenado à pena de morte. Há mais de cem anos, grupos como a Ku Klux Klan vêm conseguindo eliminar os negros por essa ideologia da discriminação racial. Sete e cinco por cento dos condenados no Alabama são negros e este fato tem que ser levado em consideração. Representa a forma de controle que a sociedade possui para desvalorizar a vida das pessoas. Condenando à morte, a sociedade passa à frente a idéia de que matando as pessoas negras tudo está bem.

No Alabama, 65% dos assassinatos são cometidos contra os negros na faixa de 18 a 35 anos de idade. O mais trágico é que se mata também no interior da comunidade negra e, desta forma, somos oprimidos tanto por fora como por dentro.

Jornal do MNU — Esta situação é muito parecida com a do Brasil. O que podemos fazer em conjunto para mudá-la?

Stevenson — Há coisas que podemos fazer juntos. É importante que não vejamos essa luta apenas como uma luta contra a pena de morte, mas de valorização da vida do negro em todos os sentidos. Devemos ensinar aos brancos que eles também devem respeitar os negros. É importante que os grupos de negros falem através de uma voz unificada, pois essa forma de união pode ser um testemunho importante aos negros de que eles possuem uma força. Quando, na infância, nós vimos os líderes negros enfrentarem essa opressão é que passamos a acreditar que podíamos fazer alguma coisa. Nos anos 60 e 70 as demonstrações de força não mostravam apenas aos brancos, mas estavam ensinando às crianças negras a possibilidade deste poder. É muito importante esta forma de ensinar aos brancos e a nós mesmos. Nós temos que criar um canal de contato sobre todos os problemas raciais.

Jornal do MNU — Fale-nos sobre a evolução dos direitos civis.

Stevenson — Vou começar falando como as pessoas negras se sentem. Enquanto nós éramos escravos, nós nos víamos como os brancos nos viam. Nós éramos "negros" (forma pejorativa nos EUA de se denominar os descendentes de africanos). Depois da abolição da escravidão nos víamos como "coloreds" (forma amenizada de se chamar os descendentes de escravos — algo como marrom, mulato no Brasil). No princípio da luta dos direitos civis, éramos chamados "negros", nos anos 60 passamos a nos chamar "black", e as outras pessoas também passaram a nos chamar desta forma. Hoje somos afro-americanos. Acho interessante esta caminhada tão longa para chegarmos ao ponto de onde viemos: a África.

O Movimento Negro descobriu como somos, como nós pensamos sobre nós mesmos. As outras pessoas passam a pensar sobre nós. Como "negros", como "coloreds", como "blacks".

Jornal do MNU — Explique melhor a questão da África e a importância da auto-estima na luta contra o racismo?

Stevenson — Nos EUA, os grupos étnicos têm uma definição específica: italo-americano, hispano-americano, asiático-americano, e os negros não sabiam o que eram. Através do Movimento Negro tomaram consciência de que o negro é bonito. O negro passou a ter orgulho de sua identidade, e só depois desta descoberta é que passou a lutar de forma decisiva. A partir da luta contra a segregação racial, o negro conquistou o direito do voto. Havia municípios no sul dos Estados Unidos, com 75% de negros, que não possuíam representação negra. Com o direito de voto ao negro, houve reforma nos empregos, nas habitações, reformas em gerais. Há problemas, é claro, mas cada vez mais estão sendo



Bryan Stevenson (segundo à esquerda, ao lado de Sueli Carneiro do Geledés) com representantes do Movimento Negro de São Paulo em 24 de abril de 1991. Estiveram presentes à reunião, na sede do Geledés, representantes das seguintes entidades: MNU (Milton Barbosa, terceiro à direita, na foto), Nação Cercab, Unegro, Soweto Organização Negra, Coordenadoria Especial do Negro (CONE), Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra e Grupo de Bancários Negros.

criados mecanismos para que o negro se represente e estabeleça formas de poder. Cada reforma foi conseguida pela organização da comunidade exigindo seus direitos. O direito ao voto não foi apenas uma decisão da justiça, mas uma dura luta, de muita pressão sobre cada um dos congressistas, conseguindo o negro em 1964 o direito ao voto. Apesar das conquistas dos direitos civis, é importante ressaltar que o sistema judiciário criminal é uma área que não tem sido afetada por todas estas mudanças. Quando atacamos uma questão como a pena de morte, nós estamos atacando uma área muito difícil de ser afetada, pois a violência, como forma de punição, é muito mais estruturada do que a educação, a habitação e outras formas de violência racial.

Jornal do MNU — A questão da pena de morte no Brasil é discutida de forma cíclica, nos momentos de graves crises econômicas e sociais. Como acontece nos Estados Unidos?

Stevenson — Nos EUA, também é cíclica. Os brancos pobres reacionários festejam a pena de morte como uma forma de aproximação com o Estado, pois para eles significa que o Estado está controlando a sociedade. Há uma diferença entre a morte que resulta de ações de grupos para-militares e a que acontece pela pena de morte. Quando nós éramos linchados, nós achávamos que havia uma força do Estado que considerava este ato ilegal. Quando somos mortos pela pena de morte, o Estado está afirmando que este ato é legal, diminui a capacidade de defesa da comunidade, e aumenta a violência racial sobre ela. Há 2.440 pessoas no corredor da morte nos EUA. Se todas fossem executadas ao mesmo tempo, não diminuiria o índice de criminalidade nos Estados Unidos. Mas um fato está provado, a pena de morte aumenta a violência sobre os negros.

Jornal do MNU — Fale sobre o poder nos Estados Unidos.

Stevenson — A população negra é 12% apenas da população americana. Há algumas regiões de maior concentração de negros que de brancos, exemplo Washington DC, que possui uma população com 76% de negros, onde o prefeito é negro e há vários representantes na Assembléia. Há também outras concentrações urbanas como Filadélfia, Detroit, Nova Iorque, todas com prefeitos negros. Esse fato tem sido muito importante, significando poder político dessas concentrações, entretanto a maioria desse poder é muito concentrado nas próprias regiões. É o governo federal que tem o maior poder nos EUA, e é ele que estabelece as políticas e os tipos de relações, inclusive com o Brasil.

O Senado americano é o órgão mais poderoso nos EUA, e não há negros no Senado. O presidente, o Executivo americano, constitui quase o poder total, e não há negros no Executivo. O que nós tentamos é fortalecer os poderes localizados a fim de estabelecermos poderes nacionais aos mesmos. Washington é a capital do país, assim como Brasília. Queremos que Washington seja considerada como Estado para termos dois negros no Senado. Uma outra forma de conseguir poder a nível nacional é redefinir a representação percentual das minorias nos locais onde estamos concentrados. No estado de Nova Iorque, a maioria dos negros vive nas cidades, se um senador for eleito pelas cidades os

negros terão direito a um representante.

Jornal do MNU — O que você pensa sobre a organização da população negra.

Stevenson — Acho que a organização da população negra é muito importante. Muita gente pensa que o Movimento de Direitos Civis foi um movimento espontâneo, com as pessoas se juntando aqui e ali, mas naturalmente o que aconteceu foi uma luta de muita organização, e que foi feita por líderes negros como vocês do Movimento Negro no Brasil. Só agora as coisas estão sendo escritas, e estão levando em conta esta articulação muito bem feita nos Estados Unidos.

Estão descobrindo muitos documentos escritos sobre esta época, e que nos ajudarão a lutar nos dias de hoje. Há um mito sobre os negros, que quando uma coisa é bem feita se diz que é magia negra, e quando é mal feita se diz que é a maldição negra. As pessoas têm que entender que nós do movimento não somos diferentes, somos pessoas com aspirações e desejos como todas as outras pessoas.

Jornal do MNU — Como você vê o intercâmbio do negro brasileiro com o americano?

Stevenson — Acho de fundamental importância, e ficarei muito feliz em iniciar este intercâmbio das organizações do Movimento Negro do Brasil com as dos EUA. Vou apresentar grupos e ajudar no que for possível. Eu desenvolvo um trabalho na área específica da pena de morte, dos Direitos Humanos, mas poderia estabelecer contatos das organizações do Movimento Negro americano que atuam nos mais variados campos, e que terão, como eu e a entidade à qual pertenço, profundo interesse em se relacionar com as organizações negras brasileiras.

“Poder branco” ameaça

As nossas companheiras do Geledés Instituto da Mulher Negra, da cidade de São Paulo, vêm sofrendo ameaças de racistas que se identificam como membros do Movimento Africander Nacional. Uma foto de Nelson Mandela e Winnie, com as testas perfuradas por pontas de cigarros, vem acompanhada da seguinte frase: “Acontecerá o mesmo com todos aqueles que apóiam essa escória” (carta de 02.05.91). Numa outra correspondência, policiais de Charleston, Carolina do Sul (EUA), espancam um homem negro. Sobre a foto a frase: “Força para vocês, escória do mundo” (carta de 10.04.91). Um poema de exaltação da Klu Klux Klan (“Vida longa à Klan”) está numa correspondência de janeiro. Eis alguns versos da deprimente estética racista: “Negros, mestiços, judeus, seu futuro está no laço/cavaleiro branco deixará seu corpo em pedaços”. E dessa forma que o “poder branco” (assim também se denominam) vem procurando intimidar o SOS Racismo implantado em São Paulo pelo Instituto Geledés. O Movimento Negro Unificado solidariza-se com as companheiras e manifesta seu mais veemente repúdio aos covardes racistas que se escondem no anonimato para atacar as organizações negras no Brasil e no mundo.

Reaja à violência racial*(II)

Ori (Reinaldo Santana)

Isso, me bata,
me bata
me bata...
quebre o cacetete em
minhas costas.
Agora... percebe?
Reconhece o meu
gemido? É. Nosso
avô gemia assim...
No seu tempo era
um perigo um
SUSPEITO negro
como eu.
Hoje não é
diferente. Você já
se perguntou por que
hoje eu sou caça e você
caçador? Mas, se a
esperança demora a
morrer, eu só quero crer
que um dia você
sabendo do que nos une,
pode (quem sabe?) hesitar
Não bater com tanta força
ou parar pra pensar...
Poderá se libertar das
migalhas do opressor
e travar junto comigo
a luta de vovô.

***beije sua preta
em praça pública**

*Netão
Feuza*

